

Resolução

Defender os salários, pensões e direitos e as Funções Sociais do Estado consagradas na Constituição da República

DERROTAR O TERRORISMO SOCIAL DO GOVERNO/TROIKA

Outra política e outro governo

Os trabalhadores e os reformados/aposentados da Administração Pública não aceitam o roubo de salários e pensões, o aumento brutal da carga fiscal, a retirada de direitos fundamentais e a privatização dos serviços públicos, com consequências dramáticas para a sua vida e a vida da generalidade da população portuguesa.

O governo do PSD e CDS, com a assistência do FMI/UE/BCE, aprofundaram a política de direita de submissão do país à lógica selvagem de concentração da riqueza e maximização do lucro do grande capital e continuam a persistir no agravamento da austeridade, exploração e empobrecimento. Política que entra em confronto com os direitos conquistados com a Revolução do 25 de abril e consagrados na Constituição da República Portuguesa, que tem sido objeto de ataques e golpes diversos dos sucessivos governos, desde há mais de 3 décadas.

Os trabalhadores e os reformados/aposentados da Administração Pública têm sido os principais alvos desta política de saque aos trabalhadores. Com o argumento de cumprir compromissos com o capital, o governo não hesita em recorrer ao roubo de salários e pensões e de retirar direitos fundamentais, acusando os trabalhadores e reformados/aposentados da AP de serem uns “privilegiados”, assim como não hesita em mentir sobre as despropositadas e demagógicas comparações que tem feito entre os setores público e privado.

Para o governo, os compromissos assumidos pelo Estado com os trabalhadores não valem nada e podem ser totalmente desrespeitados para beneficiar os detentores da riqueza.

Por isso as três maiores fortunas do país atingiram, no final de 2012, o montante de 6.600 milhões de euros, tendo aumentado 384 milhões em relação ao ano anterior. E a fortuna dos 25 mais ricos atinge 14.400 milhões de euros – 8,4% do Produto Interno Bruto.

Se a esse montante se aplicasse a percentagem de cortes sofridos pelos trabalhadores e aposentados/reformados da AP nos últimos anos – mais de 30% - obter-se-ia um montante de 4.320 milhões de euros; mais do que o governo e a troika querem roubar aos trabalhadores em 1 ou 2 anos.

Os trabalhadores da Administração Pública vão continuar a lutar contra as políticas de direita do governo PSD/CDS e do FMI até à sua derrota e à criação de uma alternativa a esta política, que faz pagar aos trabalhadores e ao povo a continuidade da concentração da riqueza nas mãos de uns poucos. E vão continuar a defender e a lutar:

- . **Contra o roubo de salários e pensões;**
- . **Contra o roubo fiscal;**
- . **Pelo pagamento dos subsídios de férias e de Natal;**
- . **Por salários e pensões dignos;**
- . **Pela segurança no emprego, contra a precariedade e os despedimentos;**
- . **Pela manutenção da ADSE e a melhoria dos benefícios que presta;**
- . **Por serviços públicos eficazes e de qualidade ao serviço das populações;**
- . **Por uma Administração Pública de qualidade, contra a sua privatização.**

Rejeitamos, liminarmente, todas as medidas que visem cortar salários e pensões ou retirar direitos, seja qual for a forma e o grau em que tais medidas se concretizem, pois isso é também um fator de degradação da prestação dos serviços públicos essenciais a todos os cidadãos.

E rejeitamos de igual modo a externalização/privatização dos serviços públicos rentáveis, mais uma forma de favorecer o capital financeiro e degradar as condições de prestação de serviços essenciais às populações, a que o governo está obrigado pela Constituição.

Por isso, os trabalhadores e reformados/aposentados da AP presentes nesta Grande Manifestação comprometem-se:

1. A continuar a luta – quer a nível setorial, quer em conjugação com os trabalhadores em geral, no âmbito da CGTP-IN – para pôr fim a esta política de terrorismo social contra os trabalhadores e de desastre nacional, praticada por este Governo fora-da-lei;
2. A exercer todas as formas de luta, a todos os níveis, que tenham em vista esse objetivo;
3. A desenvolver desde já esforços para que as iniciativas de luta marcadas pela CGTP-IN tenham uma grande participação: a Concentração dos Reformados e Pensionistas promovida pela InterReformados, no próximo dia 22 de março, no Largo do Carmo, com desfile para o Ministério das Finanças; e a Manifestação do Dia Nacional da Juventude, a 27 de março, em Lisboa.

Por uma política progressista que defenda os salários, as pensões e os direitos dos trabalhadores e do povo português e uma Administração Pública de qualidade, contra a sua privatização!

Outra política e outro governo

Manifestação Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública